

País tem de mudar de 'carril'

Patentes têm de ir ao encontro das necessidades do mercado

Miguel Sampaio

miguel.sampaio@jornaldeleiria.pt

■ Portugal é reconhecido como um país de engenhocas. O desenrascão sempre foi um termo utilizado de forma adequada para tratar os lusos. Talvez seja, pois, uma questão de genética. As ideias reproduzem-se como coelhos, isso é certo, mas será que há uma grande utilidade naquilo que os portugueses inventam?

A resposta é, de forma genérica, não. Para Rodrigo Martins, presidente do E-MRS - European Materials Research Society e do Departamento de Ciência dos Materiais da Universidade Nova de Lisboa (DCM/UNL), o problema vai além da juventude dos projectos. “O que acontece é que não existe indústria nem existe em Portugal uma estrutura que permita fazer a seriação de patentes em termos dos seus potenciais e depois apoiar a exploração de resultados”, diz o investigador. A verdade é que “nem todas” as patentes concedidas terão aplicabilidade, pois “não respondem em concreto a uma necessidade ou motiva-

ção do mercado”. Ou seja, “os mentores das ideias não são potenciados a explorar as ideias que são comerciáveis”, salienta o investigador.

O que fazer, então? “Essa falha é tremenda e não se resolve com medidas avulso, mas sim com recurso a um programa estruturado: equipas de requalificação de patentes e estudo de mercado, a nível do Estado; seguidas de equipas de estudo de implementação de conceito e depois vêm os executores das mesmas. Tal deve ser efectuado num prazo máximo de 12 meses, se quisermos ser pragmáticos e ofensivos.”

Sem existir esta triagem, sem se levar adiante apenas as patentes que sejam realmente comercializáveis, “o que necessariamente significa que alguém as vai utilizar e que esse alguém é compatível quer com uma produção, ou ergonómica - pequenas séries mas que servem uma aplicação fundamental, que sem ela se torna quase inviável - ou de grandes quantidades - e se forem baratas e amigas do ambiente, ainda melhor”, ganhar dinheiro com uma invenção “não

passa de um sonho”.

Depois há a questão dos custos. “As patentes de interesse têm de ser fatalmente validadas internacionalmente, pois aí é que está o potencial mínimo de mercado. Neste contexto, o que se devia lutar era por uma patente europeia universal e acabar com as patentes regionais, pois tornam os preços incomportáveis. Por outro lado, o prazo entre a submissão e a aceitação da patente, é muito extenso. Por exemplo, quatro das patentes de referência do DCM/UNL demoraram 5 anos a serem concedidas e representam um dispendioso superior a 200 mil euros!” E questiona: “quem consegue ou aguenta esta factura se não tiver uma “boa rede por trás?”

“Infelizmente o nosso país tem-se posicionado essencialmente como uma plataforma geradora e prestadora de serviços, quando necessita rapidamente de se transformar numa plataforma geradora de ideias e criadora de produtos, em todas as áreas. O que temos, é excelente, mas não o suficiente para que possamos mudar de 'carril”, lamenta Rodrigo Martins.